

## Resenha

### História, imprensa e política

Richard Romancini (ECA/USP)

#### Resumo

Resenha do livro *200 anos de imprensa no Brasil*, organizado por Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca e Maria Letícia Corrêa. O texto destaca o componente de discussão política com respeito aos processos históricos que envolvem a imprensa no Brasil, nos diferentes capítulos do trabalho.

*Palavras-chave:* História, Imprensa, Política

#### Abstract

Book review of *200 anos de imprensa no Brasil*, organized by Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca and Maria Letícia Corrêa. The text highlights the component of political discussion about the historical processes that involve the press in Brazil, on different chapters of the work.

*Key words:* History, Press, Politics

O livro *200 anos de imprensa no Brasil* (Fonseca e Corrêa, 2010), objeto desta resenha, dá continuidade a uma linha de investigação sobre a história da imprensa que tem no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) contexto institucional importante. Com efeito, este trabalho, no qual os artigos abordam temáticas relativas aos séculos XIX e XX, foi antecedido, mais proximamente, por outras duas coletâneas lideradas por este grupo. Uma enfocou a imprensa no Império (Lessa e Fonseca, 2008) e outra analisou as relações entre os estudos históricos e a imprensa, buscando mapear produções com abordagens teóricas e metodológicas renovadas, com destaque para os estudos voltados às representações culturais e práticas de poder (Neves, Morel e Ferreira, 2006).

Deste último livro convém, aliás, transcrever trecho significativo para explicitar a renovação da abordagem da imprensa pelos historiadores, perspectiva que marca de modo geral os livros mencionados e que se consolida nas últimas décadas:

*O redimensionamento da imprensa como fonte documental – na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas – possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos. Dessa forma, superou-se a perspectiva limitada de identificar a imprensa como portadora dos “fatos” e da “verdade”. Deixaram-se também para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de ideias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infra-estrutura sócio-econômica.*

*Em estudos recentes, a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamento para pensar e repensar a História, quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento, no dizer de Robert Darnton e Daniel Roche. (Neves, Morel e Ferreira, 2006a, p. 10)*

No caso de *200 anos de imprensa no Brasil* é válido destacar, desde logo, a própria “Apresentação”, redigida pelas organizadoras, que, mesmo sem pretender realizar inventário exaustivo sobre a produção historiográfica com respeito à imprensa no Brasil, faz balanço útil de trabalhos sobre a matéria, no que representam em termos de uma leitura fundamental a interessados, com descrição sucinta de linhas de investigação.

Inscrita no âmbito das comemorações do bicentenário da imprensa no Brasil, a coletânea, a partir de seus dez capítulos, elaborados por autores ligados à UERJ e outras instituições brasileiras, possui um viés em que predomina o elemento político. O que se traduz em estudos sobre periódicos, jornalistas e ambientes intelectuais e sociais, nos quais o exame da imprensa representa aspecto importante, principalmente no que concerne a disputas em torno de ideias e posições políticas.

Sendo assim, nos cinco primeiros capítulos tais preocupações são percebidas em trabalhos que estudam contextos históricos no período entre as décadas de 1820 e 1840, na Corte e nas províncias de Minas Gerais e Bahia. O capítulo inicial da coletânea, de Cecília Helena de Salles Oliveira, enfoca *O Correio do Rio de Janeiro*, mostrando a contribuição deste periódico nos debates políticos do período em que ocorre a separação de Portugal e a organização do Império do Brasil. Destaca ainda a complexidade do jogo político da época, tornando necessária uma investigação mais aprofundada sobre a devassa que atingiu não apenas o português João Soares Lisboa, principal redator de *O Correio*, mas também outros agentes políticos. Em verdade, como nota a autora, sobre a própria biografia de Soares Lisboa e sobre o periódico produzido por ele, ainda há muito a estudar.

O capítulo seguinte, de Sílvia Brito Fonseca, que estuda o jornal fluminense *Atalaia da Liberdade* (1826), também apresenta o perfil e propostas de um redator português, João Maria da Costa, do qual as informações biográficas são escassas. Ressalta-se neste estudo a apresentação da campanha contra a escravidão empreendida por Maria da Costa, que sublinha a existência de tal vertente de opinião *expressa pela imprensa*, o que não se visualiza pela “leitura de textos escritos por funcionários do Estado ou membros da elite política” (p. 57). Este aspecto

exemplifica a utilidade do jornal como fonte para desvelar a complexidade e diversidade de um dado contexto.

Os três capítulos seguintes, nos quais a imprensa do século XIX continua a ser tematizada, aprofundam, em diferentes espaços e tempos, as características da imprensa como agente de mobilização, divulgação de ideias e disputa política. Assim, Wlamir Silva, enfocando a imprensa mineira no Primeiro Reinado, discute a gênese do liberalismo moderado, tal como transparece na peculiar pedagogia adotada pelos periódicos da época. Já as disputas na Corte no período das regências, envolvendo os *liberais moderados*, *liberais exaltados* e *caramurus*, são percebidas, por Marcello Basile, num estudo que compreende a análise das sociedades nas quais os caramurus se reuniram até seu ocaso político. Mostra-se, desse modo, como a imprensa constituía um dos espaços de sociabilidade política, que, junto com outras instâncias sociais como as associações, manifestações cívicas e movimentos de protesto ou de revolta, era uma das arenas de luta da época.

A imprensa como um espaço de disputa é ainda mais saliente no estudo de Dilton Oliveira de Araújo, sobre a situação na Bahia no período posterior à Sabinada, uma vez que houve nesta revolta uma atividade de preparação e deflagração do movimento por parte de jornais, como o *Novo Diário da Bahia* e o *Sete de Novembro*, de Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Com a derrota da rebelião, uma imprensa conservadora passou a veicular propostas repressivas e críticas à “licenciosidade política” que teria marcado o período anterior à revolta. Segue-se, pois, um quadro de perseguição e vigilância aos rebeldes da Sabinada e à imprensa de tendência radical. Porém, e este é um mérito do estudo, discute-se como vai se rearticulando, ao longo do tempo, um periodismo de perfil liberal radical ou republicano. Com efeito, também nesta análise, fica evidente a capacidade da imprensa refletir “posições e vontades, constituindo-se em instrumento tanto para a consolidação de certas verdades quanto para a destruição de outras, atuando no dia a dia político de uma província” (p. 142).

Na outra metade do livro, com estudos que cobrem o período republicano até o fim do Estado Novo, pode-se dizer que o elemento político é um pouco menos saliente, embora também importante. Isso porque a política, em sua dimensão mais genérica, envolve todo o movimento que visa a alguma transformação social, mesmo que numa dimensão particular (e não somente as de largo espectro que se associam

mais ao “político”). E tal aspecto é vislumbrado, numa diversidade de enfoques, nos cinco últimos capítulos do volume.

Desse modo, no rico perfil da atuação de João do Rio na imprensa, em que fica clara uma viva adesão por parte do pesquisador, Antonio Edmilson Martins Rodrigues, salienta-se um programa, desenvolvido ao longo do trabalho jornalístico de João do Rio, de transformação da “imprensa num veículo de educação e instrução, fazendo com que os jornais passassem a se preocupar em informar” (p. 155). Para o autor do estudo, o compromisso de João do Rio em descobrir e divulgar aspectos ocultos da cidade do Rio de Janeiro embutia a ideia de atenuar a alienação dos indivíduos, mostrando diferentes e por vezes desconhecidas dimensões do mundo social. Como se sabe, o programa informativo triunfaria, ao longo do tempo, na imprensa brasileira, porém quanto às dimensões “educativa”, “instrutiva” ou “emancipadora” da mesma, provavelmente bem menos do que João do Rio imaginava.

A ação deste escritor, em outra de suas facetas como jornalista, é também discutida no estudo de Lucia Maria Paschoal Guimarães, que aborda a revista *Atlântida* (1915-1920), que foi o veículo porta-voz de uma campanha de defesa da formação de uma comunidade luso-brasileira. No contexto brasileiro, João do Rio foi o animador inicial do projeto editorial, cujo estudo salienta o lugar das revistas culturais como meio de suporte e transmissão de ideias. De certo, esse tipo de estudo representa um aspecto pouco estudado, em termos das iniciativas editoriais que, de algum modo, estabelecem nexos entre os jornalistas e intelectuais brasileiros e de outros países.

Num eixo de discussão que privilegia também as relações internacionais, o capítulo elaborado por Lena Medeiros de Menezes e Mônica Leite Lessa discute, numa perspectiva mais teórica, alguns aspectos dos processos globais (desenvolvimento das agências de notícias, circulação global de informações, influência da imprensa na opinião pública a respeito da guerra e revoluções, entre outras) que repercutiram também no Brasil, em particular nas primeiras décadas do século XX.

Novamente num viés mais empírico em estudo de grupo social e contexto específico, o trabalho de Maria Letícia Corrêa detém-se no modo como uma nascente classe industrial brasileira, no período da Primeira República, procurou influenciar a opinião pública e as autoridades governamentais, em termos da causa

industrialista. Recorreu-se, então, à imprensa como um dos “mecanismos de participação política” do grupo, numa verdadeira campanha, analisada pela autora em suas diferentes dimensões e argumentos.

O último capítulo do livro, de Orlando de Barros, descreve, a partir de bem cuidada pesquisa, o fim do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), bem como a atuação deste sobre a imprensa, e a espécie de revanche dos jornais, finda na prática a censura, contra a figura de Getúlio Vargas, o próprio DIP e, de maneira mais geral, o contexto autoritário do Estado Novo. Todavia, a análise de Barros mostra algumas ambiguidades, para não dizer contradições, de certas tomadas de posição. Muitos jornalistas que passaram a enxergar Vargas somente como um ditador, a partir da ruína do Estado Novo, haviam antes elogiado as qualidades do presidente e de seu governo. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) recebera apoios substanciais do regime e a Getúlio Vargas fora dado o título de presidente de honra da entidade. De maneira bastante saborosa, são descritos episódios que mostram as tentativas de desgastar a figura de Vargas e o DIP, este visto como “o maior inimigo do governo e do Brasil” (p. 268). Particularmente interessante, à luz do contexto atual, é ainda a exposição sobre as atividades do Conselho Nacional de Imprensa, órgão criado em 1939 para auxiliar o DIP, que contou com “a cumplicidade das empresas jornalísticas para funcionar [...], para dar ares de normalidade às relações entre o Estado Novo e os periódicos” (p. 247). O que se mostra saliente é o clima de manipulação de interesses que parece ter prevalecido, na atuação dos representantes das empresas, bem como do próprio regime.

Tendo em vista a trajetória desse órgão de controle e fiscalização da imprensa, antes estatal do que público, se evidencia uma ausência de legitimidade e tradição históricas do qual partem propostas de teor, provavelmente, mais democrático, como as dos atuais Conselhos de Comunicação Social. Daí, talvez, muito da desconfiança sobre tais projetos – o que só acentua a parca tradição de discussão democrática e cidadã sobre a imprensa e os meios de comunicação no país. Enfim, pode-se dizer que se, como mostra o livro *200 Anos de Imprensa no Brasil*, a política penetra em diferentes dimensões da imprensa, existe um déficit de cultura política democrática na relação entre sociedade e imprensa, em termos da discussão e debates públicos sobre a atuação desta.

## Referências

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia (orgs.). **200 Anos de Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Contracapa, 2010.

LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (orgs.). **Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2008.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006a, p. 9-15.

**Richard Romancini** é doutor em Comunicação pela USP. Pesquisador do Centro de Estudos do Campo da Comunicação - CECOM/ECA-USP e professor do curso de pós-graduação *lato sensu* Gestão da Comunicação (CCA/ECA-USP).